

decolonizar a  
**Palestina**  
a terra, o povo, a Bíblia

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
Angélica Ilacqua CRB-8/7057

Raheb, Mítri

Decolonizar a Palestina : a terra, o povo, a Bíblia / Mítri Raheb ; tradução de Hans Udo Fuchs. - São Paulo : Paulus, 2025

(Coleção Novos Caminhos da Teologia)

ISBN 978-85-349-5796-0

Título original: Decolonizing Palestine. The land, the people, the Bible

1. Cristianismo e política 2. Palestina 3. Conflito Árabe-israelense 4. Decolonização  
I. Título II. Fuchs, Hans Udo III. Série

25-3254

CDD 261.7

Índice para catálogo sistemático:  
1. Cristianismo e política

**Coleção Novos CAMINHOS DA TEOLÓGIA**

- *Deus em nós: o reinado que acontece no amor solidário aos pobres*, Jung Mo Sung; Hugo Assmann (eBook)
- *A maldição que pesa sobre a lei: as raízes do pensamento crítico em Paulo de Tarso*, Franz Hinkelammert
- *Mercado versus direitos humanos*, Franz Hinkelammert (eBook)
- *Paulo de Tarso na filosofia política atual e outros ensaios*, Enrique Dussel
- *Idolatria do dinheiro e direitos humanos: uma crítica teológica do novo mito do capitalismo*, Jung Mo Sung
- *Decolonizar a Palestina: a terra, o povo, a Bíblia*, Mítri Raheb
- *Teologia da esperança*, Emmanuel Durand

Mitri Raheb

decolonizar a  
**Palestina**  
a terra, o povo, a Bíblia

tradução de  
Hans Udo Fuchs



Todos os direitos reservados pela Paulus Editora. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida, seja por meios mecânicos, eletrônicos, seja via cópia xerográfica, sem a autorização prévia da Editora.

Título original: *Decolonizing Palestine. The land, the people, the Bible*  
© 2023 Orbis Books, Box 302, Maryknoll, NY 10545-0302

**Direção editorial**

Pe. Jakson Ferreira de Alencar

**Gerência editorial**

Elisa Zuigeber

**Revisão**

Tiago José Risi Leme

Carlos Antônio Maia

Luiza Tenuta

Lucas Giron

**Design**

Julia Ahmed

**Imagen de capa**

GettyImages

**Impressão e acabamento**

PAULUS

1<sup>a</sup> edição, 2025



Conheça o catálogo PAULUS  
acessando: [paulus.com.br/loja](http://paulus.com.br/loja),  
ou pelo QR Code.  
Telenvendas: (11) 3789-4000 /  
0800 016 40 11

**© PAULUS – 2025**

Rua Francisco Cruz, 229 • 04117-091

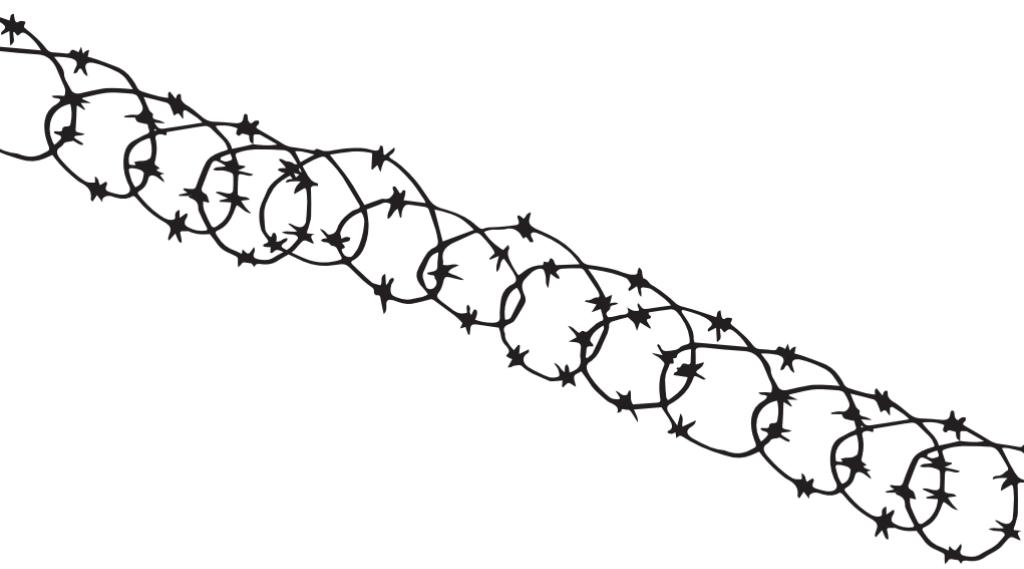
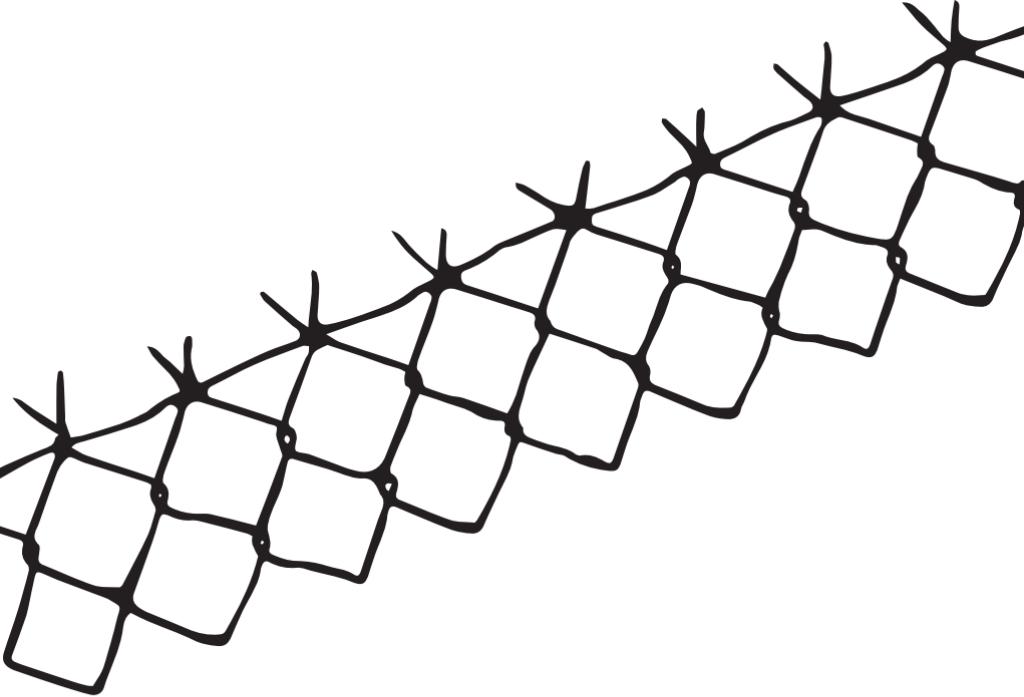
São Paulo (Brasil)

Tel.: (11) 5087-3700

[paulus.com.br](http://paulus.com.br) • [editorial@paulus.com.br](mailto:editorial@paulus.com.br)

ISBN 978-85-349-5796-0

*A todos que acreditam em justiça  
e são contra o colonialismo de assentamento  
na Palestina e em outros lugares.*



# Índice

<b>Introdução</b>	<b>9</b>
A cidade pequena... Um grande gueto!	11
A Bíblia hebraica: último recurso de Israel?	16
A estrutura do livro	18
<b>1. Colonialismo de assentamento, Palestina e a Bíblia</b>	<b>20</b>
Colonialismo de assentamento	21
A geopolítica do colonialismo de assentamento: o caso de Israel	25
<b>2. Sionismo cristão: o <i>lobby</i> cristão que apoia o colonialismo de assentamento na Palestina</b>	<b>52</b>
Sionismo cristão: redefinição	54
Sionismo cristão e o Império Britânico	56
Sionismo cristão liberal e o holocausto	62
Sionismo cristão e a direita cristã americana	70
Conclusão	75
<b>3. A terra, a Bíblia e o colonialismo de assentamento</b>	<b>78</b>
O Haram e o monte do Templo	79
A terra chamada Canaã	84
Palestina	86
Israel	87

A história bíblica e o colonialismo de assentamento israelense	91
Colonialismo de assentamento: o ponto cego da teologia da terra	95
Proposta de uma teologia da terra decolonizada	108
Proposta de uma leitura da Bíblia decolonizada	113
Conclusão	118
<b>4. Povo escolhido?</b>	<b>122</b>
Eleição como um desafio para os cristãos palestinos	126
Eleição no contexto moderno	140
Proposta de uma nova compreensão decolonizada da eleição	145
Conclusão	159
<b>Epílogo</b>	<b>160</b>
O império em ação	162
O acordo ecumênico	163
História e poder	166
Antissemitismo	167
A solução de dois Estados	168
<i>Apartheid</i>	169
Construção da paz	170
Segurança	171
Proposta de uma mudança de paradigma	172
<b>Bibliografia selecionada</b>	<b>176</b>

# **Introdução**

Para os palestinos, incluindo a comunidade cristã pales-tina, a Palestina é uma terra de verdade com um povo de verdade. É nossa terra natal, a terra de nossos ancestrais. Para os cristãos no Ocidente, a Palestina é uma terra ima-ginária, uma terra que eles conhecem principalmente da Bíblia. Tem pouco, ou nada, a ver com a Palestina real.

Com “cristãos no Ocidente” não estou falando apenas de teólogos evangélicos ou de sionistas cristãos. Também estou pensando em teólogos de boa reputação, importan-tes e bem-formados, de muitas denominações. Durante os últimos 70 anos, muitos conceitos teológicos entraram colonizaram a mente de gerações de teólogos no mundo todo. Esses conceitos podem ter sido bem intencionados, mas eles perpetuam um orientalismo que tem implicações perigosas no contexto atual da Palestina ocupada.

Em sua ingenuidade, os teólogos cristãos continuam usando linguagem e ideias teológicas que apoiam o colo-nialismo de assentamento israelense atual, causando grande dano ao povo da Palestina. Está na hora de deco-lonizar essa teologia que priva o povo palestino origi-nário de sua terra, de sua subsistência e de suas raízes. Está na hora de acabar com esse programa teológico que

possibilita a opressão israelense do povo da Palestina. É hora de uma mudança de paradigma, e temos de começar com a realidade presente.

Este livro não é o exercício teórico de um teólogo que vive em uma torre de marfim. Os assuntos aqui em jogo levantam a questão existencial do povo palestino em geral e dos cristãos palestinos em particular. Trata-se de um trabalho que nasceu das lutas sobrepostas de viver como um cristão palestino em Belém. Nós, palestinos, vemos praticamente todos os dias mais judeus israelenses assentados colonizando nossa terra. A realidade experimentada por todos os palestinos que vivem na Palestina histórica é o colonialismo israelense de assentamentos que não deixa espaço para as próximas gerações de palestinos, pois todos os dias alguém está tomando a terra ao redor dos nossos lares. Como cristãos, experimentamos a Bíblia usada como arma para avançar com esse projeto colonial e lhe dar uma base teológica. A Bíblia que faz parte da nossa herança está sendo voltada contra nós, para consagrar a supremacia judaica e promover a colonização da nossa terra.

Assim, este livro é a primeira tentativa de trazer a teoria colonial dos assentamentos para o diálogo com a teologia palestina. É um exercício no desenvolvimento de uma teologia cristã palestina contextual e decolonial que aborda teorias coloniais dos assentamentos. É um chamado para que pessoas interessadas em Israel e na Palestina acordem e reconheçam a realidade no terreno, reflitam de modo crítico e profético sobre a Escritura e assumam novo paradigma. É um chamado para acordar e perceber como as ideologias nacionalistas exclusivas e expansionistas prevalentes são disfarçadas em linguagem e motivações bíblicas. Minha esperança é que essa nova mudança de paradigma nos traga para mais perto da justiça e do Espírito de Deus.

## **A cidade pequena... Um grande gueto!**

Minha família tem suas raízes em Belém, o lugar em que eu nasci e ainda moro. Sua proximidade com Jerusalém fez da cidade um importante centro comercial, religioso e cultural na Palestina desde tempos antigos. Como centro comercial, Belém é um ponto vantajoso na estrada principal entre Jerusalém e Hebron. Por ser o lugar de nascimento de Jesus Cristo, a cidade também é um destino turístico de destaque na região. Como lugar de encontro entre os terraços férteis no oeste e o deserto com seus mosteiros no leste, a cidade é um ponto de encontro vital para camponeses, pastores de ovelhas e moradores da cidade.

Entre os séculos IV e VI d.C., essa área se tornou um centro que atraiu muitos mosteiros. Nesses três séculos, mais de 150 mosteiros foram fundados no deserto de Belém. Além dos mosteiros cristãos, o local abriga diversos santuários muçulmanos, dos quais o mais conhecido é Nebi Musa, onde, de acordo com fontes muçulmanas, o profeta Moisés está enterrado. Além de sua herança religiosa e monástica, o deserto de Belém é uma região turística com potencial enorme para observação da vida selvagem, caminhadas, acampamento, observação das estrelas, escaladas, ciclismo rural e quadriciclismo. Todavia, a realidade atual é que 86% do território administrativo de Belém está sob controle exclusivo israelense, seja das colônias israelenses ou do exército israelense. Apenas 14% do desse território está atualmente sob controle palestino. Não restam terras para o povo nativo de Belém e das aldeias próximas implantar novos povoados. Sob essas circunstâncias, o uso da palavra *ocupação* para explicar o que está acontecendo na Palestina sob o governo de Israel não reflete com exatidão

o processo de colonização e a expansão agressiva dos assentamentos em terras palestinas por toda a Palestina histórica. Essas colônias são ilegais sob a lei internacional e constituem violação dos direitos humanos.

O território administrativo de Belém cobre uma área de 658 km<sup>2</sup> e tem população palestina de cerca de 230 mil pessoas. Israel ocupou a Cisjordânia em junho de 1967, quando eu tinha cinco anos de idade. Durante os últimos 25 anos, assentados judeus se dedicaram a estrangular nossa cidade, cercando-a de colônias (assentamentos) israelenses. Começando na década de 1970, Israel liberou a construção de colônias exclusivamente judaicas em terras que pertenciam ao território administrativo de Belém. Hoje, há 27 colônias com aproximadamente 150 mil assentados judeus. As colônias israelenses são construídas por empresas israelenses privadas e vendidas por corretores em terras palestinas de primeira. Assentados judeus com mentalidade ocidental estão decididos a tomar e a explorar terras palestinas, a fim de utilizá-las exclusivamente para judeus viverem e se divertirem. O investimento nessas colônias ultrapassa os bilhões de dólares e com frequência tem ligações com magnatas americanos, como Irving Moskowitz e Sheldon Adelson. O chamado bloco Gush Etzion, por exemplo, sufoca a área urbana de Belém com mais de 20 colônias judaicas, entre as quais Gilo e Jabal Abu Gneim (Har Homa), a norte, com cerca de 70 mil assentados; diversas colônias ao redor da colônia Betar Illit a oeste, com seus 60 mil assentados; e Efrat e Tekoa, a sul e sudeste, com 11 mil e 4 mil assentados respectivamente.

A organização e a localização do conselho regional chamado bloco Gush Etzion não foi uma escolha aleatória, mas deliberada. Em primeiro lugar, sua proximidade com a Linha Verde expande a área do Estado de Israel com invasão profunda do território da Cisjordânia. Em segundo

lugar, a maioria dessas colônias foi construída na encosta ocidental da cadeia de montanhas que corre de Jerusalém até Hebron, com altitude de 750 metros acima do nível do mar, uma região com chuva suficiente para garantir solo muito fértil. Não é coincidência que a Bíblia chama essa região de Belém de *Éfrata*, que quer dizer solo fértil (Mq 5,1). As colônias judaicas que cercam Belém e as cidades próximas (Beit Sahour, Beit Jala e Doha) estão espalhadas para abranger o máximo possível de terra palestina para expansão futura, enquanto sufocam as cidades palestinas e tornam seu crescimento impossível. A maioria dessas colônias está separada da área urbana de Belém por um muro de concreto de 56 km de comprimento e 8 m de altura, dois terços do qual já estão prontos, construído totalmente sobre terras ocupadas dentro das fronteiras do território administrativo de Belém, fazendo dela a segunda cidade mais afetada pelo muro.

O segundo grupo de colônias judaicas no território administrativo de Belém foi construído ao longo da margem do mar Morto e organizado sob o Conselho Regional de Megilot, ele engloba sete colônias pequenas com menos de 3 mil assentados. Embora de tamanho pequeno, essas colônias estratégicas controlam 30 km da margem do mar Morto, o trecho mais longo no lado ocidental do mar. Quando os turistas boiam no mar Morto, eles raramente se dão conta de que estão boiando em águas que pertencem a Belém, mas são exploradas por uma colônia judaica. O mar Morto, atração turística de destaque e fonte importante de receitas devido a visitantes domésticos e internacionais, é um reservatório rico em minerais e potássio. Ele representa herança cultural única e sem preço, e um tesouro ambiental, terapêutico e turístico. Ao longo de sua costa, há outras atrações, incluindo diversas fontes de água fresca: Ein-Faschcha, Ein el-Ghuwer e Ein et-Turabe.

Elas costumavam ser destinos populares de lazer para os palestinos da Cisjordânia, como fazer piqueniques e nadar. Durante meus anos na escola, essa região era destino popular para fazer excursões e piqueniques, e gostávamos de nadar nos tanques de água fresca.

Hoje em dia, essa área é controlada e administrada por uma colônia israelense que a disponibiliza para o lazer de soldados israelenses e outros funcionários do exército, enquanto o acesso dos palestinos foi restringido. A área ao longo do mar Morto perfaz cerca de 10% do território administrativo de Belém. O leste do território faz fronteira com a Jordânia, e Belém deveria controlar a costa ocidental e a água do mar Morto, enquanto a Jordânia controla a costa oriental e suas águas. No entanto, os militares e assentados israelenses controlam todo o litoral ocidental do mar Morto, que é rico em depósitos de minerais, bem como os recursos de água que pertencem a Belém.

Além dos dois blocos de assentamentos que descrevi acima, uma terceira área, localizada a oeste do mar Morto e a leste de Belém, foi designada como zona militar e atualmente é usada por Israel para treinamento militar. Essa área de 5 km de largura no deserto de Belém corre de norte a sul, no meio do território administrativo, e toma 40% da terra do território. A região é chamada de deserto, mas ela cobre uma boa parte do aquífero da bacia oriental, com 420 milhões de metros quadrados de água potável, e é um habitat importante de vida selvagem. A vida selvagem e a biodiversidade dessa região são de extrema importância.

Esse processo de colonização está em andamento há mais de um século, desde que judeus europeus deram início aos seus assentamentos na Palestina, no fim do século XIX. Em 1947, a população judaica da Palestina era dona de não mais de 5% da terra. Na guerra de 1948, Israel tomou 77% da Palestina histórica e expulsou mais de 750 mil palestinos

das suas terras. As propriedades dos palestinos foram confiscadas e 86% das terras tomadas foram declaradas como de proprietários “ausentes” ou “devolutas”, para uso exclusivo de judeus israelenses. Essa política lembra a doutrina da descoberta, usada em outros contextos coloniais de assentamento. Aos palestinos, restaram 6% da terra dentro da Linha Verde, a fronteira estabelecida pelos acordos de armistício de 1949. Em 1967, Israel ocupou a Cisjordânia e a Faixa de Gaza, além das colinas de Golã e o Sinai. A colonização está em andamento na Cisjordânia desde então, e mais da metade da área está atualmente sob controle militar e/ou de assentamentos israelenses. Em violação da lei internacional e da Convenção de Genebra, Israel tem feito investimentos pesados em construir e subsidiar colônias israelenses, transferindo mais de 800 mil assentados judeus para o território palestino, alterando assim a demografia da Cisjordânia. Hoje em dia, a Palestina parece um queijo suíço, em que Israel tem o queijo, isto é, a terra e os recursos, e a população árabe palestina foi empurrada para os buracos, em cidades superlotadas e sem recursos. Belém, minha cidade natal, é apenas um exemplo dessa política colonial de assentamento.

A natureza colonial de assentamento do Estado de Israel é evidente, e a realidade atual é cristalina. A situação não é “complicada”, como alguns dizem para obscurecer o assunto. A lei internacional é decisiva nessa questão, como testificam muitas resoluções da Organização das Nações Unidas (ONU). Contudo, passagens e termos bíblicos, como “direitos divinos”, “terra prometida”, “Judeia” e “povo escolhido”, são repetidos constantemente para conferir à colonização da Palestina legitimidade bíblica e legalidade política. Essa terminologia é usada em igrejas, eventos populares e até em níveis políticos mais elevados, como o Conselho de Segurança da ONU.